
Benedita, Negrinha e Siquê: Infância domesticada e subalterna na literatura brasileira

Benedita, Negrinha and Siquê: Domesticated and subaltern childhood in Brazilian literature

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares

Universidade Federal do Pará

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2021.n45a437>

RESUMO

A presença dos subalternos e agregados na literatura tem sido de extrema importância para mensurarmos o quanto perduram na sociedade brasileira traços e costumes dos antigos colonizadores europeus. Nesse sentido, abordamos os contos *O Crime do Tapuio*, de José Veríssimo e *Negrinha* de Monteiro Lobato, a fim de demonstrar como tais narrativas são reveladores das formas de opressão e maus tratos às meninas agregadas das famílias brasileiras, fato reiterado no poema “Cunhantã”, de Manuel Bandeira. Vários autores como HOLANDA (2014), SCHWARZ (2014) e PRIORE (2014) coadunam com a assertiva a respeito do caráter social e explorador de nossa gente.

PALAVRAS-CHAVE: Infância; subalternidade; literatura brasileira.

ABSTRACT

The presence of subordinates and aggregates in the literature has been of extreme importance for us to measure how much traces and customs of the ancient European colonizers persist in Brazilian society. In this sense, we approach the short stories *O Crime do Tapuio*, by José Veríssimo and

Negrinha, by Monteiro Lobato, in order to demonstrate how such narratives reveal the forms of oppression and mistreatment of girls aggregated from Brazilian families, a fact reiterated in the poem “Cunhantã”, by Manuel Bandeira. Several authors such as HOLANDA (2014), SCHWARZ (2014) and PRIORE (2014) agree with the assertiveness about the social and exploitative character of our people.

KEYWORDS: Childhood; subalternity; Brazilian literature.

A literatura tem assumido papel significativo no que diz respeito às referências a classes menos favorecidas economicamente. Desde o Romantismo francês foi possível vislumbrar personagens no romance, no teatro e em outros gêneros, que viviam socialmente marginalizados, mas que ganhavam projeção no cenário das letras.

A partir do século XIX, os subalternos passaram a figurar em narrativas e a assumir papéis importantes, fossem antagonistas das tramas – na condição de vilões – ou, com maior destaque, apresentados como vítimas do sistema ainda escravocrata, protagonistas a denunciar as mazelas do meio social.

Em Portugal, Eça de Queirós deu voz à célebre Juliana, personagem de suma importância para o desenvolvimento e desfecho do famoso romance *O Primo Basílio*. Apresentada como antagonista da trama, foi por meio de suas ações que a narrativa se constituiu. Juliana, empregada doméstica da família de Jorge e Luísa, usa da chantagem para mudar sua condição de agregada e subalterna do casal que tanto a explorava e oprimia.

No Brasil, Machado de Assis aborda o tema ao apresentar José Dias, “agregado” da família de Bentinho, no clássico romance *Dom Casmurro*. Segundo Roberto Schwarz (1997, p. 19), a palavra agregado “designa uma figura que, não tendo nada de seu, vive *de favor* no espaço de uma família de posses, onde presta toda sorte de serviços”. Nessa narrativa machadiana, a subalternidade de José Dias é tão

dinâmica que ele se torna um dos principais articuladores da trama que envolve a relação entre Capitu e Bentinho.

Roberto Schwarz (2014) aponta três classes formadoras da sociedade brasileira: a do latifundiário, a do escravo e a do “homem livre”. Este último tem sua vida baseada na condição do favor prestado a uma família abastada. Nesse sentido, “o favor é nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático que o nexu escravista, a outra condição que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele sua interpretação de Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção”. (SCHWARZ, 2014, p. 51)

Sob este prisma, cabe aprofundar o estudo acerca das subalternidades na literatura, especialmente na literatura de língua portuguesa, onde o espaço doméstico, local de muitos agregados, tem sido abordado como o *locus* de tramas e ações narradas.

Ao citar Machado de Assis, “escritor que é a mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura da nossa literatura” (VERÍSSIMO, 1998, p. 429), convém assinalar o nome de seu primeiro crítico, José Veríssimo, aquele que devotou um capítulo do livro *História da Literatura Brasileira*, datado de 1916, ao citado romancista brasileiro.

Paraense da cidade de Óbidos, José Veríssimo não se eximiu da realidade brasileira de seu tempo, tampouco de sua região amazônica, lugar onde ainda é comum encontrar pessoas agregadas à família abastada ou não, mas com condição de sustentar a “criação” da casa, onde geralmente se ocupam dos trabalhos domésticos. Sobre a condição dessas pessoas que sobreviviam de favor na estrutura familiar que as adotou, Roberto Schwarz (2014) ratifica que:

O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda

que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (SCHWARZ, 2014, p. 51)

Sob a perspectiva dos agregados e na condição de sociólogo, José Veríssimo foi exímio observador da realidade brasileira. Em sua obra intitulada *Cenas da Vida Amazônica*, datada de 1886, e prefaciada por ninguém menos do que Machado de Assis, o autor paraense apresenta traços e comportamentos das populações indígenas e mestiças da Amazônia, além de usos e costumes do povo local. No prefácio da referida obra, Machado de Assis revela que os contos de Veríssimo apresentam:

Em todos eles, os costumes locais e a natureza grande e rica, quando não é só áspera e dura, servem de quadro a sentimentos ingênuos, simples e alguma vez fortes. O sr. José Veríssimo possui o dom da simpatia e da piedade. As suas principais figuras são as vítimas de um meio rude, como Benedita, Rosinha e Vicentina, ou ainda aquele José Tapuio, que confessa um crime não existente, com o único fim de salvar uma menina, ou de “fazê bem pr’a ela”, como diz o texto. Não se irrite os amigos da língua culta com a prosódia e a sintaxe de José Tapuio. Há dessas frases no livro, postas em arte e cabimento, a espaços, onde é preciso caracterizar melhor as pessoas. Há locuções da terra. Há a tecnologia dos usos e costumes. Ninguém esquece que está diante da vida amazônica, não toda, mas aquela que o sr. José Veríssimo escolheu naturalmente para dar-nos a visão do contraste entre o meio e o homem. (VERÍSSIMO, 2013, p. 8-9)

Machado de Assis conjectura que Veríssimo se apieda das figuras vitimizadas pela rudeza da região amazônica, como é o caso da menina Benedita, personagem de quem trataremos mais adiante, e justifica a necessidade de compreender esse meio com sua prosódia, sintaxe e locuções tão peculiares.

Escrito antes da abolição da escravatura no Brasil, o conto *O Crime do Tapuio*, que compõe a obra de Veríssimo, exemplifica a realidade da vida doméstica na região norte, fortemente marcada por traços escravocratas arraigados nos hábitos da nação.

Nessa narrativa, José Veríssimo apresenta a triste realidade que teria a protagonista que “Mal completara Benedita os sete anos, quando os pais, uns pobres caboclos do Trombetas, deram-na ao Felipe Arauacu, seu padrinho de batismo, que a pedira e fizera dela presente à sogra” (VERÍSSIMO, 2013, p. 171). A respeito da idade tão precoce com que Benedita saía da casa dos pais, o historiador Rodrigo Trespach (2018, p. 143) assevera que “Em famílias pobres, quanto mais cedo se deixava a infância, melhor. As meninas eram postas a trabalhar desde os seis ou oito anos, quando não com idade ainda menor”.

Esse costume de “agregar” pessoas na família, principalmente crianças, perdura não apenas na Amazônia, mas em boa parte das regiões brasileiras e do mundo. Philippe Ariés (2011) explica que é um hábito medieval estendido pela tradição até os dias atuais, ainda visto como uma forma de instrução para crianças pobres:

Assim, o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação. A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites entre a profissão e a vida particular; a participação na vida profissional – expressão bastante anacrônica, aliás – acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia aquela. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir. (ARIÉS, 2011, p. 156)

No Brasil, as principais vítimas dessa prática de exploração são as crianças que, pela tenra idade, se tornam mais fáceis de “moldar”,

principalmente por meio de castigos e maus-tratos pelo fato de não reagirem a “uma palmatória de couro de peixe-boi e uma rija vergasta, tanto ou quanto esgarçada na ponta pelo uso, de umbigo do mesmo peixe. É um açoite terrível, peculiar à Amazônia, como o ‘bacialhau’ ao sul.” (VERÍSSIMO, 2013, p.172). Esse contexto tão opressor da realidade nacional foi abordado por muitos escritores brasileiros.

Na esteira de José Veríssimo, Monteiro Lobato – o maior escritor brasileiro de literatura infanto-juvenil e um dos precursores do Modernismo – aproveitou a temática também para apresentar a sua *Negrinha*, obra publicada em 1920 e que “nomeia” a personagem do conto homônimo:

Negrinha era uma pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados.

Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças. (LOBATO, 1994, p. 21)

Semelhante à saga de Benedita, que padece nas mãos de dona Bertrana, Negrinha, com a mesma idade da personagem de Veríssimo, também sofre maus-tratos de uma mulher idosa, nesse caso, de dona Inácia, uma antiga proprietária de escravos.

Benedita, a protagonista de *O Crime do Tapuio*, é descrita como:

Uma criança triste, magra, mirrada como as plantas tenras, expostas a todo ardor do sol, tal era Benedita. No seu corpinho escuro, coriáceo, em geral apenas coberto da cintura para baixo por uma safada saia de pano grosso, percebiam-se sobre as costelas à mostra os sulcos negros do umbigo de peixe-boi. Na sua falazinha, rouquenha por contínuos resfriamentos, havia como que uma nota trêmula de choro. Não conhecera jamais as alegrias da infância livre e solta. (VERÍSSIMO, 2013, p. 178)

A dura realidade vivida por Benedita era fruto de costumes opressores comuns na região. O narrador compara a menina a uma planta exposta às adversidades do tempo, da natureza, e que resiste em meio à falta de cuidado, como a própria flora amazônica. É também da natureza que são retirados e confeccionados os instrumentos de castigo, como o umbigo de peixe-boi, tipo de chicote de couro muito resistente e sempre ameaçador.

Análoga à condição de Benedita, vivia Negrinha, personagem de Monteiro Lobato, que recebia as mesmas punições e sem nenhuma justificativa para os açoites, exceto o gosto pela crueldade infantil, conforme assinala Lobato:

Assim cresceu Negrinha – magra, atrofiada, com os olhos eternamente assustados. Órfã aos quatro anos, por ali ficou feito gato sem dono, levada a pontapés. Não compreendia a ideia dos grandes. Batiam-lhe sempre, por ação ou omissão. A mesma coisa, o mesmo ato, a mesma palavra provocava ora risadas, ora castigos. Aprendeu a andar, mas quase não andava. Com pretextos de que às soltas reinaria no quintal, estragando as plantas, a boa senhora punha-a na sala, ao pé de si, num desvão da porta. (LOBATO, 1994, p. 22)

Tanto Benedita quanto Negrinha tiveram sua infância negada pelas opressoras “senhoras” com quem viviam, sem direito sequer de desfrutar da natureza onde habitavam, em sítios ou fazendas em que eram impedidas de brincar. A respeito da difícil realidade das crianças pobres, Mary del Priore (2014, p. 18) informa que antigamente “A maior parte das meninas não aprendia a ler. Passavam a meninice entre o oratório e a esteira. Ensinavam-lhes a fazer rendas, bordado e costura. Esperava-se que fossem incultas, piedosas, prisioneiras da casa”.

Benedita, que vivia na Amazônia, não contava sequer com o acolhimento da natureza. Ao contrário, até essa lhe era também opressora ao dispor instrumentos de castigos e açoites, como o couro do

peixe-boi, e mesmo os cães, animais domésticos geralmente dóceis, eram-lhe agressivos:

Com pouco mais de sete anos, deram-na seus pais ao padrinho, que a pedira prometendo que seria tratada como filha. Não possuía nunca um desses brincos que fazem a felicidade das crianças, nem correrá jamais atrás das borboletas loucas com a grande alegria da infância de fazer mal a um inseto. Era uma coisa, menos que uma coisa, daquela mulher má. Ao redor de si apenas via ou ódio ou desamor, a traduzir-se em maus-tratos de uns ou na indiferença quase hostil de outros. Até então, nesse pequeno mundo em que há dois anos já vivia, e onde os mesmos cães famintos lhe rosnavam à passagem, uma única criatura tivera para ela um olhar piedoso e uma palavra compassiva. (VERÍSSIMO, 2013, p. 178)

Doadada como presente ou “uma coisa” sem valor para dona Bertrana, pessoa que a recebera, Benedita viveu dois anos sob a égide dos maus-tratos e da indiferença, não fosse o afeto e cuidado de José Tapiuo, personagem que surge na segunda parte da narrativa. A família que doara a menina ao padrinho, Felipe Arauacu, jamais desconfiara que “Desde esse dia começou aquela criança uma triste existência”.

Ao longo dos tempos, a escolha do nome de uma criança era determinada pela tradição familiar (PRIORE, 2014). Havia, portanto, todo um cuidado em preservar o nome e sobrenome da família. Contudo, Benedita, cujo significado sugere ser bendita, abençoada, louvada, não tivera tanta sorte. Sem pertencer a uma família tradicional, sofreu muitos castigos e, como benção só tivera a de receber um nome, ao passo que nem disso Negrinha conseguiu usufruir, pois não tendo nome, era chamada das formas mais pejorativas possíveis, reiterando a sua insignificância aos da casa: “Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo – não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam”. (LOBATO, 1994, p. 22)

As diversas maneiras de punição às crianças pobres do Brasil são tão comuns que o poeta Manuel Bandeira – que fora aluno de Veríssimo no atual Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro –, considerado o “São João Batista” do movimento modernista brasileiro, não se isentou a citar uma delas. No conhecido poema “Cunhantã”, composto em 1927, após uma viagem a Belém, capital do Pará, também trouxe à baila a temática dos maus-tratos sofridos pelas crianças agregadas:

Vinha do Pará
 Chamava Siquê
 Quatro anos. Escurinha. O riso gutural da raça.
 (...)

 Tinha uma cicatriz no meio da testa:
 – Que foi isto, Siquê?
 Com a voz de detrás da garganta, a boquinha tuíra:
 – Minha mãe (a madraستا) estava costurando
 Disse vai ver se tem fogo
 Eu soprei eu soprei eu soprei não vi fogo
 Aí ela se levantou e esfregou com minha cabeça na brasa
 (...). (BANDEIRA, 1993, p. 138)

No poema de Bandeira, ele menciona que Siquê “vinha do Pará” – mesmo estado de Benedita – e agia com certa naturalidade ao dizer que a madraستا “se levantou e esfregou com minha cabeça na brasa”, reiterando ser comum os maus-tratos às crianças, e o que é mais grave, o elemento da natureza – fogo – sendo usado para queimar e marcar o rosto da menina que “tinha uma cicatriz no meio da testa”, semelhante ao gado marcado por seu dono. Aliás, as cicatrizes permeiam as descrições dos corpos das meninas, Benedita tinha vários sinais, resultantes dos açoites por umbigos de peixe-boi, e Negrinha exibia os efeitos dos cocres, beliscões e até mesmo ovo quente na boca para não dizer “nomes feios aos mais velhos”.

O contexto das meninas pobres do interior do Brasil era muito difícil, uma vez que geralmente eram “dadas” às famílias influentes na região. No conto de José Veríssimo, *Benedita* é entregue ao padrinho no intuito de receber uma boa educação e melhor condição de vida. A historiadora Mary del Priore (2014) refere-se a esse costume herdado dos colonizadores portugueses que se propagou no país e que permanece até hoje:

A soma dessa tradição portuguesa com a colonização agrária e escravista resultou no chamado patriarcalismo brasileiro. Era ele que garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais. Tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar. (PRIORE, 2014, p. 12)

Importante notar que tanto no conto de Monteiro Lobato, quanto no de José Veríssimo e mesmo no poema de Manuel Bandeira, é sempre uma mulher a opressora das meninas. Seja madrasta, seja patroa, protetora ou preceptora, em todos os casos elas não se apiedam das crianças e não têm motivos para puni-las.

No conto *O Crime do Tapuio*, a opressora de *Benedita* era uma mulher branca e sem nenhum laço familiar, exceto de Felipe Arauacu, seu ex-genro, que detinha uma certa influência na região. Veríssimo assim a descreveu:

A velha Bertrana, sogra de Felipe, era mulher de mais de quarenta anos, baixa e magra como uma espinha de peixe. Tinha a cara comprida, muito branca, de uma alvura lavada, sem cor, emoldurada nuns cabelos duros, ainda todos negros, que habitualmente trazia soltos nas costas. Os dentes, apontados à faca, consoante o gosto das mulheres do sertão, perfeitos e claros saltavam-lhe fora da boca graciosa, imprimindo no lábio inferior, arroxado e excessi-

vamente fino, sua forma de serra. Uma larga orla escuro-azulada, qual se vê nos ascetas ou nas colarejas cansadas, circulava-lhe os olhos miudinhos, negros, de má expressão. O nariz pequeno e afilado desenhava-se com muita pureza, fazendo singular contraste no seu feio semblante, onde todos o notavam logo como uma perfeição deslocada. Prezava-se de branca. (VERÍSSIMO, 2013, p. 171)

Bertrana perdeu a filha ainda jovem e, com o segundo casamento do ex-genro, ficou solitária, contando apenas com a companhia de Benedita. Sua palidez contrastava com os cabelos e olhos negros como a noite e revelava, para além da “má expressão”, a apatia diante da vida e das pessoas: “Não casara nunca. Foi sempre feia e implicante. Em Faro, donde era natural, os rapazes puseram-lhe a alcunha de ‘cara de peixe’. Ao escárnio respondeu com ódio, um ódio brutal que alcançava todo mundo. De todos dizia mal: contava histórias malévolas de mulheres e desacreditava os homens”. (VERÍSSIMO, 2013, p. 174). Ou seja, ela jamais se compadeceria da menina que recebera como oferenda de Felipe para realizar o trabalho doméstico.

Na mesma perspectiva de José Veríssimo, Lobato retrata com ironia a figura de dona Inácia, algoz de Negrinha:

Excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, amimada dos padres, com um lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu. Entaladas as banhas no trono (uma cadeira de balanço na sala de jantar), ali bordava, recebia as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora em suma – “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”, dizia o reverendo. (LOBATO, 1994, p. 21)

A patroa, ou seja, a proprietária da Negrinha, era diferente de Bertrana apenas física e economicamente, porque moralmente tinha o mesmo caráter de opressora. Contudo, o fato de dona Inácia não ter filhos agravava mais a situação, haja vista que “não admitia choro de criança. Ai! Punha-lhe os nervos em carne viva. Viúva sem filhos,

não a calejara o choro da carne de sua carne, e por isso não suportava o choro da carne alheia. Assim, mal vagia, longe, na cozinha, a triste criança, gritava logo nervosa”. (LOBATO, 1994, p. 21)

Acerca do papel maternal, que a mulher deveria exercer nos séculos passados, Mary del Priore (2014, p. 133) adverte que “o papel social preponderante da mulher era ser mãe: ‘A maternidade, o cuidado e os carinhos com sua prole são os primeiros deveres da mulher’, admoestava o número de junho de 1916 de *Vida Doméstica*. E prevenia: ‘A mulher que não for boa mãe, deixa por isso mesmo de ser mulher’”, o que reitera a referência do narrador de *Negrinha* sobre o comportamento de dona Inácia quando “pela primeira vez na vida foi mulher. Apiedou-se”.

Esse pensamento, comum à época, é novamente apontado no conto de Lobato quando pondera que “Dá a natureza dois momentos divinos à vida da mulher: o momento da boneca – preparatório –, e o momento dos filhos – definitivo. Depois disso, está extinta a mulher” (LOBATO, 1994, p.27). Melhor dizendo, dona Inácia não poderia ser considerada mulher, haja vista que não conseguira cumprir com o papel que lhe era socialmente imposto: o de ser mãe.

Michelle Perrot (2020, p. 189) pontua que “a ação das mulheres no século XIX consistiu sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno, a que eram destinadas”, nesse sentido, convém observar que tanto Bertrana quanto Inácia viviam sós, sem filhos e maridos, e exerciam o poder sobre os empregados ou agregados da casa, o que as tornava ainda mais impacientes com as crianças, que naquele período eram tratadas como animais. Fato tão comum no tratamento dispensado a Benedita:

E assim levava todo o dia. Batia-lhe por dá cá aquela palha, com um encarniçamento feroz contra a criança. Depois de jantar, ao meio-dia, dormia uma larga sesta até as três horas, e a pequena ali ficava, em pé, com as magras mãozinhas no punho da rede,

embalando-lhe o sono indolente – um sono profundo, a desmentir-lhe as contínuas queixas. Como era natural, ele lhe faltava à noite. Não podia dormir com dores, dizia ela. Carecia de ar, acordava Benedita, que dormia na esteira, sob a rede. A pequena levantava-se tonta, estremunhando, e vinha embalá-la. E a desoras saía do seu quarto, com o ringir sinistro, o guinchar fino e compassado do esse da sua rede, rangendo sobre a escápula de ferro. (VERÍSSIMO, 2013, p. 176)

A esteira era o espaço comumente ocupado por Benedita e Negrinha, privadas de descanso em rede ou cama. Ambas destinadas a servir, Benedita cumpria a missão de “escravo-mudo” e ficava dia e noite acordada ao pé da rede de Bertrana, a lhe embalar o sono, trazer fogo ao cachimbo ou preparar chá de plantas medicinais. Negrinha devia estar sempre ao dispor de dona Inácia para receber uns “derivativos”, ser açoitada pela patroa ou por quem quer que fosse da casa:

O corpo de Negrinha era tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo. Sua pobre carne exercia para os cascudos, cocres e beliscões a mesma atração que o ímã exercia para o aço. Mão em cujos nós de dedos comichasse um cocre, era mão que se descarregaria dos fluidos em sua cabeça. De passagem. Coisa de rir e ver a careta... (LOBATO, 1994, p. 23)

Prática comum na Europa medieval e que chegou ao Brasil por meio dos colonizadores, a manutenção dos agregados ou subalternos pelas famílias de maior poder aquisitivo se estendeu ao longo das regiões, principalmente no interior do país, onde:

Havia, ainda, os que eram abandonados nas portas de casas de família. Recolhidos “por amor de Deus”, cresciam e se tornavam filhos de criação, ora recebendo o mesmo carinho dos filhos de sangue, ora servindo de escravos disfarçados, ao pagar com servi-

ços a vida que lhes fora poupada. No campo, eram rapidamente integrados à família. Afinal, ganhava-se um braço para o trabalho na lavoura. (PRIORE, 2014, p. 130)

Desde cedo as crianças eram ofertadas às famílias com melhor economia. Melhor sorte tinham as que eram tratadas como filhas, mas era raro de acontecer. A maioria servia mesmo para os afazeres domésticos, o trabalho na lavoura ou para atuarem como serviçais de idosos, como foi era o caso de Benedita:

Exasperada pelas dores, irada pela insônia, não pôde levar à paciência que Benedita cabeceasse, dormitando, ao punho da rede onde estava a embalá-la desde o fim do jantar. E erguendo do chão, com os seus movimentos rápidos de fera, o vergalho, zurzuiu-o sobre a rapariguinha, berrando:

– Ah, s’á vadia! Eu aqui quase a morrer e esta perguiçosa a dormir. Já, pegue na chocolateira e vá-me fazer um chá de vassourinha. (VERÍSSIMO, 2013, p. 183)

José Veríssimo não poupa ironia ao revelar no conto que a indolente “Bertrana passava o dia na rede”, sendo embalada pela Benedita. Contudo, é a menina que é taxada de “vadia” e “perguiçosa” por cabecear de sono, enquanto está a vigiá-la.

Felizmente, a narrativa de José Veríssimo encerra com o rapto de Benedita por outro agregado da casa, chamado de José Tapuio, “Era um caboclo escuro, membrudo, forte, mas de fisionomia, coisa rara neles, por vezes, risonha. Vendido aos quinze anos por um machado e uma libra de pólvora a um regatão do Solimões, entrara para a civilização pela porta baixa, mas amplíssima, da injustiça” (VERÍSSIMO, 2013, p. 178). Este não suportando testemunhar o sofrimento da menina, “Ali em casa do Arauacu afeiçoou-se por Benedita, com afetos de pai” e a devolveu à família, sendo acusado por um crime que não cometera.

Negrinha não teve a mesma sorte. Após ter conhecido as sobrinhas de dona Inácia, “lindas meninas louras, ricas, nascidas e criadas em ninho de plumas”, ter refletido sobre a experiência de “Como seria bom brincar!” e de ter visto uma boneca, desistiu definitivamente da experiência de apanhar, de ser açoitada e daquela triste vida que levava, afinal:

Negrinha, coisa humana, percebeu nesse dia da boneca que tinha uma alma. Divina eclosão! Surpresa maravilhosa do mundo que trazia em si e que desabrochava, afinal, como fulgurante flor de luz. Sentiu-se elevada à altura de ente humano. Cessara de ser coisa – e doravante ser-lhe-ia impossível viver a vida de coisa. Se não era coisa! Se sentia! Se vibrava! (LOBATO, 1994, p. 27)

A recusa da Negrinha perante sua realidade matou-a, pois, ao perceber a condição de sobrevida que levava, abriu mão da própria existência. Ao compreender que entre ela e as sobrinhas de dona Inácia existia uma enorme diferença de classes e que jamais ela alcançaria o *status* das meninas ricas, Negrinha optou por não compactuar com o sistema tão desigual e opressor do qual fazia parte. Parte ínfima, é verdade, pois, após sua morte, só restou a “saudade, no nó dos dedos de dona Inácia. – como era boa para um cocre!” (LOBATO, 1994, p. 28)

Com desfechos díspares, as duas narrativas apresentadas apontam uma realidade que se estendeu desde o século XIX – especificamente o ano 1886, data de publicação de *O Crime do Tapuio*, de José Veríssimo –, percorreu o século XX, com a obra *Negrinha*, de Monteiro Lobato, datada de 1920, passou pela poesia de Manuel Bandeira, com a “Cunhantã”, em 1927, e perdura à nossa contemporaneidade.

Independente da condição financeira das famílias, essa prática de agregar pessoas ajustou-se à estrutura da sociedade brasileira pelo fato de haver uma disparidade econômica e social tão extensa

quanto o próprio território brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda (2014) assevera que:

A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Neste particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas europeias transportadas ao Novo Mundo. Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (HOLANDA, 2014, p. 46)

Assim sendo, à literatura compete o papel de revelar os traços e os costumes de uma sociedade ainda tradicional e conservadora, como a brasileira, que por adoção e assimilação reitera as mesmas formas de expressão que há muito tempo deveriam ser desprezadas, mas que se ajustou tão bem à nossa realidade a ponto de vermo-nos retratados nas diversas formas literárias, seja como o que agrega, seja como o agregado.

RECEBIDO: 08/01/2020 **APROVADO:** 15/06/2021

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman 2 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da Vida Inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- PRIORE, Mary del. *Histórias e Conversas de Mulher*. São Paulo: Planeta, 2014.
- SCHWARZ, Roberto. *Duas Meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.
- TRESPACH, Rodrigo. *Histórias não (ou mal) contadas: escravidão, do ano 1000 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.
- VERÍSSIMO, José. *Cenas da Vida Amazônica*. Belém/PA: Editora Estudos Amazônicos, 2013.
- _____. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MINICURRÍCULO

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares é Professora Adjunta de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Pará (UFPA), lotada no Campus de Cametá, atuando na graduação e pós-graduação (PPGEDUC) e como Coordenadora do Campus Universitário do Tocantins-CUNTINS/Cametá. Integra o grupo de pesquisadores da Cátedra João Lúcio de Azevedo (UFPA), vinculada ao Instituto Camões (Portugal) por meio da qual publicou o livro *Laços Luso-Paraenses na Imprensa Oitocentista* (Ed. UFPA - Instituto Camões - Portugal).